



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

05/06/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. DECISÕES.....	2
1.3. JUÍZES.....	3 - 4
1.4. SELETIVOS.....	5
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CORREGEDOR.....	6 - 7
2.2. SELETIVOS.....	8 - 9
2.3. SEM ASSUNTO.....	10 - 11
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. DECISÕES.....	12
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	13
4.2. CASO DÉCIO SÁ.....	14 - 17
4.3. TURMAS RECURSAIS.....	18
4.4. VARAS CRIMINAIS.....	19
5. JORNAL EXTRA	
5.1. CASO DÉCIO SÁ.....	20 - 21
5.2. CORREGEDOR.....	22
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. CASO DÉCIO SÁ.....	23
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. CASO DÉCIO SÁ.....	24
7.2. DECISÕES.....	25 - 26
7.3. JUÍZES.....	27
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. DECISÕES.....	28
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. AÇÕES TJMA.....	29
9.2. CASO DÉCIO SÁ.....	30 - 33
9.3. COMARCAS.....	34
9.4. DECISÕES.....	35
9.5. JUÍZES.....	36 - 37
9.6. PUBLICIDADE LEGAL.....	38
9.7. SELETIVOS.....	39

JUDICIÁRIO REGULAMENTA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Resolução aprovada pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) institui, disciplina e implementa a comunicação oficial por meio eletrônico no Poder Judiciário. O colegiado considerou a necessidade de reduzir os gastos públicos na Justiça estadual. De acordo com a medida, a comunicação oficial entre o TJMA e demais órgãos do Poder Judiciário – inclusive o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – deve ser feita por meio eletrônico, com a utilização do malote digital (sistema Hermes), sem descartar o uso de outro meio de comunicação eletrônica na tramitação processual.

UEMA DEVE DEVOLVER VALORES COBRADOS A ESTUDANTES



A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) foi condenada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJMA) a devolver valores cobrados ilegalmente a 15 alunos dos cursos de Pedagogia, Letras e Geografia, na forma de matrículas e mensalidades pagas a estabelecimentos de ensino particulares conveniados à instituição. O relator do processo na Câmara – que manteve sentença da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís – foi o desembargador Vicente de Paula.

Os alunos ajuizaram ação informando que foram aprovados no vestibular da UEMA, no Programa de Qualificação de Docentes (PQD), mas tiveram que firmar contratos de prestação de serviços com instituições particulares, pagando mensalidades de R\$ 150,00 e matrículas, valores que eram repassados à universidade.

PROVIMENTO DISCIPLINA SUBSTITUIÇÃO DE JUÍZES NAS UNIDADES JURISDICIONAIS

A substituição de juízes nos casos de férias, licença, afastamento, vacância, impedimento ou suspeição é o objeto do Provimento 08/2013, da Corregedoria Geral da Justiça.

Assinado pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, o documento estabelece que, "para cada unidade jurisdicional, além do magistrado titular, haverá quatro juízes de direito designados como substitutos automáticos na ordem de preferência estabelecida na tabela referida".

A designação se dará por portaria do corregedor e deve ser encaminhada, através do sistema Digidoc, ao juiz, bem como à unidade jurisdicional para o qual o magistrado foi designado.

"O corregedor-geral da Justiça poderá designar, excepcionalmente, juiz de direito substituto de outra zona ou juiz titular de comarca diversa da prevista na tabela para a substituição na unidade jurisdicional", reza o documento.

Ainda de acordo com o provimento, é vedada aos juízes titulares que acumulam funções com outra unidade a segunda convocação para designação.

ADVOGADOS QUEREM MELHORES SERVIÇOS EM CAXIAS

Advogados da Subseção da OAB de Caxias entregaram ontem lista de reivindicações ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior. O grupo requereu ao Judiciário solução a entraves no funcionamento da Justiça naquela comarca, como a falta de varas e juízes para atender demanda de 21.756 processos. Liderada por Erinaldo Ferreira da Silva, a comissão da OAB quer medidas imediatas para o provimento de juízes; a criação de pelo menos duas varas e a nomeação de um juiz substituto permanente para atuar na comarca, entre outras solicitações direcionadas ao presidente e corregedor-geral da Justiça. Segundo ele, Caxias conta hoje, formalmente, com seis varas, mas atuam de fato apenas três juízes, nas 1ª e 3ª varas e no Juizado Especial Cível e Criminal. A 2ª vara está há mais de um ano sem juiz e a 5ª vara não dispõe de magistrado desde o início do ano. O juiz da 4ª vara entrou em férias. De acordo com os advogados, as seis varas não são suficientes para administrar o volume processual. Eles informam que Caxias possui população de 196.319 habitantes e 21.756 processos, enquanto Timon, de igual entrância, com 155 mil habitantes, possui 8.871 processos e 8 varas. Conforme levantamento realizado pela OAB local, Caxias tem a maior proporção entre habitantes para cada juiz: 32.719, enquanto em Timon essa relação é de 19.432; em Imperatriz, de 11.039; e em São Luís, 8.980.

SORTEIO DISTRIBUI RECURSOS DE PROVA DO CONCURSO DE JUIZ

Um total de 1.015 recursos contra o gabarito oficial preliminar da prova objetiva (P1) interpostos por candidatos ao cargo de juiz de Direito substituto de entrância inicial do Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) foram distribuídos em sorteio eletrônico, durante sessão pública hoje no auditório da Corte.

Os recursos serão julgados em audiência pública nesta sexta-feira (7), às 9h, em Brasília, por cinco membros da Comissão Examinadora do Cespe/UNB. Os candidatos poderão acompanhar o procedimento por videoconferência, no auditório do TJMA (Praça D. Pedro II, Centro), em São Luís.

Conforme o edital, todos os recursos passarão por análise. As justificativas das alterações/anulações de gabarito serão divulgadas no endereço http://www.cespe.unb.br/concursos/tj_ma_12_juiz quando da publicação dos gabaritos oficiais definitivos. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

Notários aprovados em concurso tomam posse na Corregedoria

Notários aprovados em concurso tomam posse na Corregedoria

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, empossou os seis primeiros candidatos aprovados no Concurso para Notários e Registradores. Destes, cinco atuarão em tabelionatos da capital e um em Santa Inês. A solenidade de posse ocorreu na manhã de ontem (4), na sede da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Após anulação da audiência pública do concurso, que deverá ocorrer novamente em data posterior, o Conselho Nacional de Justiça autorizou a posse dos aprovados nos seis primeiros lugares, que estavam presentes e não foram prejudicados, bem como não prejudicam o restante dos aprovados.

Tomaram posse: Juliana Pereira Soares, que vai assumir o 5º Tabelionato de Notas, no bairro do Renascença; Gustavo Dal Molin de Oliveira, que vai para o 7º Tabelionato de Notas, na Cohama; Ângelo Miguel de Souza Vargas, que assume o 3º Tabelionato de Notas, na Praça João Lisboa; Evelise Crespo Gonçalves Meister, que assumirá o 8º Tabelionato de Notas, no bairro do Anjo da Guarda; e Paulo de Tarso Guedes, que vai assumir o 2º Tabelionato de Protestos de São Luís.

A candidata aprovada Lu-

ciana Castelo Branco vai assumir o 2º Ofício de Notas, em Santa Inês. "Estou muito emocionada. Minha avó trabalhou nessa serventia, sendo a 1ª escritã, em 1967. Depois minha mãe também passou por lá e agora eu chego, com muita vontade de trabalhar", observou Luciana.

Juliana Pereira, uma das aprovadas, destacou a seriedade e o grau de competitividade do concurso. "Foi bastante concorrido, com muitos candidatos de altíssimo nível. Ficamos felizes em ver a forma séria e transparente com que o Tribunal de Justiça conduziu o certame", destacou ela, que tem Mestrado em Direito Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais.

O desembargador Cleones Carvalho Cunha, que presidiu a comissão do concurso, destacou a descentralização das serventias em São Luís. "Fico feliz por estar hoje, aqui, empossando vocês. Mais feliz ainda por presenciar a descentralização dos serviços de notas e registros. O Centro de São Luís não possui mais condições para receber serventias. Falta, por exemplo, estrutura de estacionamento. É fundamental que a população, a coletividade, seja bem atendida nas serventias", destacou o desembargador.

Concurso de juiz no Maranhão conta com mais de mil recursos

 REVISÃO

Concurso de juiz no Maranhão conta com mais de mil recursos

Um total de 1.015 recursos contra o gabarito oficial preliminar da prova objetiva (P1) interpostos por candidatos ao cargo de juiz de Direito substituto de entrância inicial do Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) foram distribuídos em sorteio eletrônico, durante sessão pública ontem (4), no auditório da Corte.

Os recursos serão julgados em audiência pública nesta sexta-feira (7), às 9h, em Brasília, por cinco membros da Comissão Examinadora do Cespe/UNB. Os candidatos poderão acompanhar o procedimento por videocon-



Concurso de juiz no MA conta com mais de mil recursos

ferência, no auditório do TJMA (Praça D. Pedro II, Centro), em São Luís.

Conforme o edital, todos os recursos passarão por análise.

As justificativas das alterações/anulações de gabarito serão divulgadas no endereço http://www.cespe.unb.br/concursos/tj_ma_1_2_juiz

quando da publicação dos gabaritos oficiais definitivos. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

Apurados os resultados, o presidente da comissão de concurso publicará a relação dos candidatos aprovados, convocando-os para as provas escritas.

Participaram da sessão pública o presidente da Comissão de Concurso, juiz Luís Carlos Dutra, a subcoordenadora de provas práticas do Cespe/UNB, Maria Alice Freitas, o representante da OAB/MA, advogado Rodrigo Lago, e candidatos do certame.

Roberto Rocha Jr. quer transformar o Casino Maranhense em estacionamento

O problema de estacionamento no Centro de São Luís irrita os motoristas que trafegam pela área. Pensando numa solução para a falta de estacionamento, o líder do PSB na Câmara Municipal, vereador Roberto Rocha Júnior, solicitou ao prefeito Edivaldo Holanda Júnior a aquisição do prédio do antigo clube social Casino Maranhense, na Avenida Beira-Mar, para construção de um estacionamento rotativo. **PÁGINA 3**

Roberto Rocha Jr. quer transformar o Casino Maranhense em estacionamento

O problema de estacionamento no Centro de São Luís irrita os motoristas que trafegam pela área. Pensando numa solução para a falta de estacionamento, o líder do PSB na Câmara Municipal, vereador Roberto Rocha Júnior, solicitou ao prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PTC) a aquisição do prédio do antigo clube social Casino Maranhense, na Avenida Beira-Mar, para construção de um estacionamento rotativo.

Pelo requerimento do parlamentar, aprovado por unanimidade no Legislativo, ao adquirir o imóvel, a prefeitura poderá firmar parcerias com empresas privadas, que deverão usar o terreno para construir o estacionamento.

Segundo Rocha Júnior, essa medida contribuirá para resolver o problema da escassez de estacionamento no Centro da cidade e evitar que motoristas estacionem em locais proibidos. "A mobilidade urbana em São Luís tem se tornado um grande desafio, pois a cidade não tem mais estrutura para abrigar a enorme quantidade de carros que circulam pela cidade. Essa parceria público-privada é importante, na medida em que minimizará os problemas que temos em relação a estacionamentos," disse.



Roberto Rocha Jr

O requerimento teve aceitação e foi elogiado pelos vereadores presentes no plenário da Casa. Entre os parlamentares que se manifestaram em discurso a favor da proposta de Roberto Rocha Júnior estão Fábio Câmara (PMDB), Professor Lisboa (PCdoB) e José Joaquim (PSDB), que concordaram que o Casino Maranhense fica localizado em um lugar estratégico e que, portanto, precisa ser melhor aproveitado em benefício da população.

Se aprovado pelo prefeito, o estacionamento atenderá às necessidades do Palácio dos Leões, Palácio La Ravardière, Catedral Metropolitana, Capitania dos Portos e o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

ILEGALMENTE

UEMA deve devolver valores cobrados a estudantes

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) foi condenada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJMA) a devolver valores cobrados ilegalmente a 15 alunos dos cursos de Pedagogia, Letras e Geografia, na forma de matrículas e mensalidades pagas a estabelecimentos de ensino particulares conveniados à instituição. O relator do processo na Câmara - que manteve sentença da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís - foi o desembargador Vicente de Paula.

Os alunos ajuizaram ação informando que foram aprovados no vestibular da UEMA, no Programa de Qualificação de Docentes (PQD), mas tiveram que firmar contratos de prestação de serviços com ins-

tituições particulares, pagando mensalidades de R\$ 150,00 e matrículas, valores que eram repassados à universidade.

O juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública considerou inconstitucional a cobrança, porque visava ao custeio do serviço de educação superior pública, ainda que indiretamente, através de convênios ilegais, determinando a devolução de todas as taxas e mensalidades desembolsadas pelos alunos.

Em reexame, os desembargadores da 2ª Câmara Cível mantiveram a determinação do juízo, concordando com o reconhecimento de abusividade no comportamento da UEMA, ao cobrar indiretamente alunos matriculados no ensino público, o que é expressamente proibido na Constituição Federal.

Tribunal

Resolução aprovada pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) institui disciplina e implementa a comunicação oficial por meio eletrônico no Poder Judiciário. De acordo com a medida, a comunicação oficial entre o TJMA e demais órgãos do Poder Judiciário - inclusive o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - deve ser feita por meio eletrônico, com a utilização do malote digital, sem descartar o uso de outro meio de comunicação eletrônica na tramitação processual.



CASO DÉCIO SÁ

Em oitiva à Justiça, *Júnior Bolinha* nega participação no crime

Empresário também disse nunca ter enviado mensagens ao agiota Gláucio Alencar propondo-lhe o assassinato de Fábio Brasil, em Teresina (PI). **Geral C5**

Ao depor, Júnior Bolinha nega participação na morte de Décio

Em sua oitiva ontem no Salão do Júri do Fórum Desembargador Sarney Costa, empresário negou participação no assassinato do jornalista; afirmou também não ter enviado mensagens de celular a Gláucio Alencar, propondo-lhe a morte de Fábio Brasil



O empresário José Raimundo Sales Chaves Júnior, o Júnior Bolinha, acusado de ser a pessoa que contratou o pistoleiro paraense Jhonatan de Sousa Silva para assassinar o jornalista Décio Sá, negou participação no crime em seu depoimento à Justiça, ontem, no Salão do Júri do Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro Calhau. Em sua oitiva, o réu também afirmou nunca ter enviado mensagens de celular a Gláucio Alencar Pontes Carvalho, propondo-lhe o assassinato do empresário Fábio Brasil, na cidade de Teresina, como denunciou o agiota [Gláucio], apontado como mandante da execução de Décio Sá.

Ao falar sobre os fatos apresentados no processo, Júnior Bolinha alegou inocência e disse que não seria ingênuo nem louco a ponto de cometer o crime que teve como vítima Fábio Brasil. Ao ser questionado sobre sua relação com o jornalista assassinado [Décio Sá], afirmou nunca tê-lo conhecido antes e se mostrou indiferente à existência da vítima. "Décio Sá, para mim, não cheirava nem fedía. Ele postou uma coisa contra mim e atribuíram a essa publicação a minha perda da bandeira da Coca-Cola. Na verdade, perdi a concessão

porque a Renosa cortou os contratos com os distribuidores", afirmou o acusado.

De acordo com o réu, a questão de suposta "inimizade" com o jornalista, citada no inquérito policial como motivação para que o acusado tivesse interesse na morte de Décio Sá, teria relação com uma postagem sobre a compra de uma máquina (trator) roubada. Denunciado pelo jornalista de envolvimento com negociações de veículos ilegais, segundo as investigações, Júnior Bolinha teria perdido a concessão de distribuir bebidas na região de Santa Inês. "Só soube dessa postagem muito tempo depois, e assim que soube da situação da máquina tratei de desfazer o negócio, inclusive na Justiça", garantiu.

Sobre a pessoa de Jhonatan Silva, Júnior Bolinha, disse que jamais o viu antes e usou a própria conduta que teve, após o crime, para alegar inocência. "Eu nunca conheci o Jhonatan. Dizer que eu fiz isso não tem lógica alguma, até porque ele foi preso 15 dias antes de mim. Então, se eu realmente tivesse alguma coisa com isso, o mais provável era que eu fugisse da cidade, do estado, e isso foi justamente o que eu nunca fiz. Acredito que ele tenha citado o meu nome por causa da minha amizade com o deputado estadual Raimundo Cutrim [PSD]", cogitou o réu.

Questionado pelo juiz o por-

quê de o assassino ter envolvido o seu nome apenas pelo fato de ser amigo do parlamentar, uma vez que existem outras pessoas mais próximas ao deputado, o Júnior Bolinha réu disse não sabia explicar. "Contratar um pistoleiro para matar alguém e ficar devendo ao matador, e ao mesmo tempo ainda ficar na cidade onde eu nasci e me criei, onde tenho empresa, escritório e família, seria assinar meu próprio atestado de óbito", afirmou, ao se defender das acusações de Gláucio Carvalho, que depôs um dia antes.

Proposta - Ainda sobre o parlamentar, que chegou a ser citado pelo assassino como "principal mandante do crime", cuja liberação da investigação ainda é analisada pelo Poder Judiciário, Júnior Bolinha disse que recebeu proposta da comissão investigadora para envolver o nome do deputado no crime. "Eu disse que não podia fazer isso e eles me ameaçaram de me mandar para um presídio federal, com a desculpa de me acusar de envolvimento com uma organização criminosa na Bolívia. Não sei o porquê de tudo isso, mas como aprendi nesse tempo que fiquei preso, fui vítima de uma 'laranja-da', isso sim", disse.

"Eu nunca tratei das mortes de Décio Sá e de Fábio Brasil com ninguém. Eu soube que Fábio e

Gláucio estavam em desentendimento, querendo se matar. Eu havia vendido um carro para Gláucio, antes das prisões, e fui cobrar ele a quantia de R\$ 7 mil que ele ficou me devendo, e dei uma 'pressãozinha' nele, no escritório de Ronaldo Ribeiro [advogado réu]. Foi só isso. O que ele [Gláucio] diz é um absurdo: que eu fui extorqui-lo pela morte de Fábio Brasil. Ele também diz que eu mandei mensagens de texto propondo isso a ele. Eu tenho o mesmo número de celular há mais de 20 anos e garanto que isso nunca existiu", disse o réu.

Capitão - O segundo a depor foi o ex-subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Maranhão, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o Fábio Capita. Apontado como a pessoa que teria, supostamente, fornecido a arma utilizada na morte de Décio Sá, o oficial da PMMA falou sobre sua conduta dentro da corporação; sobre como funciona a cautela de armas no Comando Geral da PM, e disse não entender como seu nome pode ser citado pelo executor do crime, sem que este ao menos o tivesse conhecido antes dos fatos. "Acredito que meu nome tenha sido envolvido nesse crime, apenas porque ele citou o nome da pessoa de 'capitão' no depoimento dele", disse o militar.

O PM, que já responde ao processo em liberdade, por determi-

nação da própria Justiça, também trouxe à tona um fato que, segundo ele e seus advogados, já seria o bastante para que a manutenção de sua prisão ao longo de quase um ano não fosse necessária. "No dia 24 de abril de 2012, manhã seguinte ao crime, consta no relatório da Polícia Civil que *Júnior Bolinha* ligou para o meu celular, por volta das 6h. O curioso é que esta chamada não foi completada, mas, mesmo assim, na denúncia do MP consta que tivemos uma conversa", lembrou o capitão da PM, que também já havia sido beneficiado pela Justiça do Piauí no processo que apura a morte do empresário Fábio Brasil.

Bolinha teve encontro com Teles

Antes de encerrar seu depoimento, *Júnior Bolinha* falou sobre um encontro que teria tido com o empresário Pedro Teles - bastante citado por Gláucio Carvalho como uma das pessoas "atacadas" por Décio Sá em suas publicações e que a Polícia Civil teria desprezado nas investigações. Perguntado se o réu manteve contato com o empresário antes da morte do jornalista, o acusado revelou que teria sido convidado pelo mesmo para um encontro, em um restaurante no bairro Renascença, e que na oportunidade Teles teria lhe pedido que falasse

com uma das testemunhas de um júri de Barra do Corda, no qual o mesmo mais tarde viria a ser condenado a 21 anos de prisão, com direito de recorrer da sentença em liberdade

Décio Sá denunciou o júri como um "jogo de cartas marcadas", em suas últimas postagens em seu blog (blogdodecio.com.br), uma vez que a maioria das testemunhas era próxima à família do empresário. "Nesse encontro, ele queria que eu conversasse com essa pessoa para 'amenizar o lado dele', e também pagar as despesas da viagem dessa

pessoa até Barra do Corda", revelou *Júnior Bolinha*. Por conta dessa informação trazida ao processo, o advogado Adriano Cunha, que faz a defesa de Gláucio Alencar e de seu pai, pediu que a Polícia Civil abra investigação sobre Pedro Teles, alegando ainda que o mesmo aparece em uma das escutas telefônicas em situação que necessita de uma averiguação mais específica. O juiz deferiu ao requerimento, mas lembrou que isso pode acontecer na 3ª fase do processo, sem que haja prejuízo à instrução.



Fábio Capita sendo conduzido, ontem, para a sala de depoimento

Frases de *Júnior Bolinha*

"Décio Sá, para mim, não cheirava, nem fedia. Ele postou uma coisa contra mim e atribuíram a essa publicação a minha perda da bandeira da Coca-Cola".

"Eu nunca tratei das mortes

de Décio Sá e de Fábio Brasil com ninguém. Eu soube que Fábio e Gláucio estavam em desentendimento, querendo se matar".

"Eu nunca conheci o Jhonatan. Dizer que eu fiz isso não tem lógica alguma, até porque ele

foi preso 15 dias antes de mim".

"Acredito que ele [Jhonatan] tenha citado o meu nome por causa da minha amizade com o deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD)".



O empresário *Júnior Bolinha* quando chegava para depor no Fórum Desembargador Sarney Costa

Fábio Aurélio, o *Bochecha*, afirma não ter cedido casa para assassino

Em seu depoimento, ele negou qualquer participação no assassinato do jornalista e disse que não cedeu casa para Jhonatan

O terceiro depoimento do dia de ontem começou por volta das 16h. Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Bochecha*, negou qualquer participação no assassinato de Décio Sá. Sobre a acusação de que teria fornecido uma residência, no Parque dos Nobres, em São Luís, que teria servido de abrigo para Jhonatan de Sousa Silva, assassino confesso do jornalista, antes do crime, *Bochecha* também negou qualquer ligação direta com o imóvel.

No início do depoimento, questionado pelo juiz da 1ª Vara do Tribunal do Júri, Márcio Brandão, sobre como foi informado da morte de Décio Sá, *Bochecha* disse que soube do acontecido por intermédio de Paulo Roberto, conhecido por *Carioca*. "Fui informado do crime do Décio às

10 da noite, no mesmo dia em que ele [Décio] morreu. Eu soube da morte, pois o *Carioca* me ligou falando o que tinha acontecido", disse.

Relação - Perguntado se conhecia alguns dos acusados no assassinato de Décio Sá, *Bochecha* afirmou que somente tinha relação com *Júnior Bolinha* e Ronaldo Ribeiro.

"O Junior [*Bolinha*] para mim é um amigo. Eu o conheço há oito anos. Ganhei muito dinheiro na mão dele, pois já vendi carros e outras coisas para ele [*Bolinha*]. Conheci o Ronaldo [Ribeiro], pois fui vizinho dele em uma época lá no Turu. Conheci o Gláucio e o pai dele apenas na época da prisão, só por vista. Não conheço nem Jhonatan, nem Marcos Bru-

Mais

Hoje (5), a partir das 8h30, deverá ser o último dia das audiências de instrução, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. O primeiro depoimento, e mais aguardado, será o do pistoleiro e assassino confesso de Décio Sá, Jhonatan de Sousa Silva. Em seguida, será a vez de Marcos Bruno Silva de Oliveira, acusado de fornecer transporte ao assassino de Décio Sá na noite do crime. Por fim, as oitivas dos acusados serão encerradas com o depoimento de Elker Farias Veloso, também apontado como um dos homens que deram apoio a Jhonatan na fuga após a morte de Décio Sá.

no, nem Elker, nem Shirliano. Quanto ao Décio, nunca tive qualquer contato com ele", disse.

Questionado sobre a casa supostamente utilizada como abrigo, antes do crime de Décio Sá, para o assassino do jornalista, *Bochecha* também negou qualquer participação no imóvel. "Essa casa no Parque dos Nobres era da minha mãe, que passou ao meu irmão, Adriano, que, em seguida, vendeu o imóvel para o *Júnior Bolinha*. Não

sabia dessa negociação. Quando fui informado, a casa já era do *Júnior Bolinha*".

Por fim, *Bochecha*, também negou conhecer os policiais da Superintendência de Investigações Criminais (Seic), Joel Durans e Alcides Nunes, e questionou o porquê da presença dele entre os acusados desse crime. "Nem sei por que estou sentado aqui prestando esse depoimento. Não entendo o porquê dessa acusação", finalizou.



Bochecha disse que tinha relação com *Bolinha* e Ronaldo Ribeiro

Judiciário instalará mais uma Turma Recursal no Maranhão

Tribunal de Justiça inaugurará sexta-feira a unidade que julga recursos das sentenças proferidas nos Juizados na Comarca de Chapadinha, depois será a de São Luís, Presidente Dutra e em seguida Caxias

BACABAL - O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, vão instalar sexta-feira (7) a Turma Recursal de Chapadinha. Em São Luís será no dia 11, em Presidente Dutra, 12, e Caxias, 14 deste mês.

Guerreiro Júnior e Cleones Cunha também instalaram a primeira Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Bacabal (250 km de São Luís) no fim de maio. A solenidade ocorrida no Fórum Freitas de Carvalho foi prestigiada por juízes da comarca e de autoridades municipais.

A Turma Recursal de Bacabal funciona no fórum (Rua Manoel Alves de Abreu, s/n). É presidida pelo juiz da 2ª Vara da comarca, Carlos Roberto de Paula, e terá como membros titulares os juízes Marcelo Silva Moreira (Juizado Especial de Bacabal) e Luís Carlos Licar (Juizado de Pedreiras).

O presidente do TJ lembrou, na solenidade de instalação em Bacabal, da importância da parceria entre o Tribunal e a Corregedoria na elaboração e execução das ações do Judiciário, a exemplo da instalação das turmas recursais que contemplarão as comarcas com maior concentração de pessoas.

"Estamos priorizando a Justiça de 1º grau, principalmente



Cleones Cunha e Guerreiro Júnior descerram placa de inauguração

os juizados. Há muitos anos não se fazia tantas instalações de varas como as oito unidades entregues em maio, em São Luís. Serão mais oito até o fim do ano", adiantou Guerreiro Júnior.

O corregedor, ao falar como presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, observou a participação efetiva do presidente Guerreiro Júnior na instalação das turmas recursais no interior do Maranhão.

"A instalação da primeira Turma Recursal em Bacabal foi a única forma de agradecer ao presidente, porque sem a sua participação isto não estaria acontecendo", disse Cleones Cunha.

Lembrou ainda que, sem a descentralização, haveria retardamento dos processos, o que

Mais

Compareceram à instalação da Turma Recursal de Bacabal o juiz Jocelmo de Souza Gomes (diretor do Fórum de Bacabal), o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Bacabal), José Agnelo Rodrigues; o defensor público Jordão Veras; a vereadora Regilda dos Santos (presidente da Câmara de Vereadores de Bacabal), magistrados e servidores do Judiciário.

é inadmissível no sistema de juizado. Com esse serviço, a Justiça chegará mais rápido à população mais pobre.

Serviços - O presidente da nova Turma Recursal parabenizou a equipe pelo esforço na concretização do novo serviço aos jurisdicionados e lembrou o empenho de todos na concretização do que considerou um marco para o Judiciário maranhense.

"A descentralização do atendimento por meio das turmas recursais é um momento histórico e fundamental. Quem ganha é o cidadão, que vai ter uma resposta mais rápida e efetiva", concluiu Roberto de Paula.

A coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, juíza Márcia Chaves, destacou o apoio do Tribunal de Justiça na aprovação da Resolução 56/2012, que criou oito turmas recursais: Bacabal, São Luís (turma única), Chapadinha, Presidente Dutra, Caxias, Pinheiro, Balsas e Imperatriz (já instalada). Na unidade da capital, os juízes serão exclusivos da Recursal.

A Recursal de Bacabal atenderá a população de mais de 100 mil habitantes, além dos termos da comarca (Lago Verde, Conceição do Lago-Açu e Bom Lugar), e 22 unidades jurisdicionais que incluem Santa Inês, Pio XII, Pedreiras e Vitória do Mearim.

Conforme o juiz, as audiências acontecerão às segundas-feiras, a partir das 14h30, e a definição dos agendamentos das audiências já começou. Os serviços serão executados com o auxílio de secretária judicial, analista, técnicos e auxiliares judiciários.

TJ de São Luís julgará neste mês 42 acusados de crimes de homicídio

Sessões envolverão as quatro varas do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau

Serão julgados este mês pelo Tribunal do Júri de São Luís 42 acusados de homicídio. As 34 sessões de julgamento que começaram na segunda-feira (3) se estenderão até o dia 28 no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Todos os denunciados são do sexo masculino. Entre as vítimas, há três mulheres. As sessões ocorrerão de segunda a sexta-feira, começando sempre às 8h30, no 1º andar do Fórum. Há julgamentos em que estarão no banco dos réus quatro acusados de uma única vez.

Na 1ª Vara do Tribunal do Júri, estão marcadas 13 sessões de julgamento, com 19 acusados e 14 vítimas, sendo uma do sexo feminino. Os júris começaram ontem, com o julgamento de Daniel Moreira da Fonseca. Até o encerramento desta edição, ainda não havia terminado. Também serão julgados os denunciados Jersey Viana Oliveira (hoje), Luís Henrique Pinheiro Almeida (amanhã), Adelson Gusmão dos Santos, na segunda-feira (10), Valdemir Penha Mota, terça-feira (11); Miguel Costa Santos Júnior e Carlos Alberto Oliveira Azevedo (12), Abdias Nogueira e Edmilson Rodrigues (17), André Luís Sousa de Lima (18) e Claudiomir Reis Cantanhede (20).

No dia 24 deste mês (segunda-feira), serão julgados pelo 1º Tribunal do Júri quatro réus: Ederson de Jesus Soares, Emerson Santos Silva, Márcio Rodrigues Lima e Wilton Sérgio da Conceição, acusados do assassinato de Eleildo Nunes França. Também estarão no banco dos réus Cristiano Nunes Moraes (dia

25), Aldemir da Guia Pereira e Manoel do Espírito Santos Pereira (26) e Nilton Carlos Ferreira França (27).

Sessões - Já na 2ª Vara, haverá sessões todas as segundas, quartas e sextas-feiras deste mês. Serão julgados 12 denunciados pelo Ministério Público. Entre as 14 vítimas, duas são mulheres.

Os réus submetidos a julgamento no 2º Tribunal do Júri são: Alberto Santos Ferreira (foi julgado segunda-feira, 3), José Cleomar da Silva Santos, que será julgado hoje; Wellington Gonçalves Linhares (dia 7), Hilgleides Oliveira Andrade (10), José de Ribamar Rodrigues dos Santos (12), Jonas Oliveira (14), Sebastião de Jesus Diniz (17), Antônio Ítalo Costa da Silva (19), Carlos André Mendes Gomes (21), José Pinto Carvalho (24), Roberto Jorge Alves Gonçalves (26) e Valdenir Pereira Santos (28).

Na 4ª Vara, haverá nove sessões neste mês, com o julgamento de 11 acusados. Serão levados ao banco dos réus José Jadilson Silva Sousa (hoje), Vicente Moura e Silva Neto (amanhã), Guilherme José Mendes Reis e Segundo Luís Silva Moreno (dia 6), Renato Protásio Bezerra (11), Lourival Silva Melo (13), Luís Antônio Silva Leocádio (18), Eduardo Paiva dos Passos e Wedson Leite Diniz (20), José Domingos Monteiro Sá (25) e Jackson Castro de Assunção (27). O julgamento de Vicente Moura e Silva Neto (hoje) começa às 13h.

O Tribunal do Júri tem competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Os magistrados presidem as sessões, mas o julgamento cabe à sociedade, por meio dos jurados que compõem o Conselho de Sentença.

PAI DE GLÁUCIO: Dois importantes construtores estão ligados à morte Décio

CASO RESOLVAM CONTAR TODA A VERDADE, OS EMPRESÁRIOS – AGIOTAS GLÁUCIO ALENCAR E O PAI DELE, JOSÉ DE ALENCAR MIRANDA CARVALHO PODEM PROVOCAR UM VERDADEIRO TSUMANI NO PROCESSO QUE APURA O ASSASSINATO DO JORNALISTA DÉCIO SÁ, EM QUE OS DOIS APARECEM COMO MANDANTES.

PÁGINA 3



José Miranda e o filho Gláucio

ENROLOU TUDO!

Caso resolvam contar toda a verdade, os empresários – agiotas Gláucio Alencar e o pai dele, José de Alencar Miranda Carvalho podem provocar um verdadeiro tsumani no processo que apura o assassinato do jornalista Décio Sá, em que os dois aparecem como mandantes.

José Miranda “piou” a um amigo que dois construtores mandaram matar Décio Sá

No depoimento que prestou na última segunda-feira (3), Gláucio revelou ter sido procurado por um advogado que lhe teria oferecido R\$ 10 milhões para que José de Alencar assumisse a autoria intelectual do assassinato.

Gláucio diz não revelar o nome do advogado e nem dos proponentes com medo de ser executado.

Ocorre que o pai dele, disse a um advogado que sequer atua no caso, no começo deste ano, que os verdadeiros mandantes do assassinato foram dois fortes empresários do ramo da construção civil, que mantêm estreitas ligações com o governo do Estado.

Décio Sá foi morto a tiros na noite de 23 de abril de 2012, no bar e restaurante Estrela do Mar, na Avenida Litorânea, pelo pistoleiro Jhonatan de Sousa Silva.



Os depoimentos sobre a morte de Décio Sá a cada dia mostram uma surpresa

Preso dias depois, o pistoleiro envolveu os nomes de Gláucio e o pai, de outro empresário, Júnior Bolinha e até do deputado Raimundo Cutrim, além do capitão PM Fábio Capita, como suposto

fornecedor da arma para a execução.

Os acusados estão sendo ouvidos no fórum do Calhau e, pelas informações fornecidas à Justiça pela Polícia, não restariam dúvidas de

que Gláucio e o pai poderiam ser os principais mandantes. Resta saber se pai e filho terão coragem de identificar os dois empresários que teriam encomendado a empreitada macabra.



José Miranda e o filho Gláucio



Johnatan, o pistoleiro

Notários aprovados em concurso tomam posse na Corregedoria

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, empossou os seis primeiros candidatos aprovados no Concurso para Notários e Registradores. Destes, cinco atuarão em tabelionatos da capital e um em Santa Inês.

A solenidade de posse ocorreu na manhã desta terça-feira (4), na sede da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Após anulação da audiência pública do concurso, que deverá ocorrer novamente em data posterior, o Conselho Nacional de Justiça autorizou a posse dos aprovados nos seis primeiros lugares, que estavam presentes e não foram prejudicados, bem como não prejudicam o restante dos aprovados.

Tomaram posse: Juliana Pereira Soares, que vai assumir o 5º Tabelionato de Notas, no bairro do Renascença; Gustavo

Dal Molin de Oliveira, que vai para o 7º Tabelionato de Notas, na Cohama; Ângelo Miguel de Souza Vargas, que assume o 3º Tabelionato de Notas, na Praça João Lisboa; Evelise Crespo Gonçalves Meister, que assumirá o 8º Tabelionato de Notas, no bairro do Anjo da Guarda; e Paulo de Tarso Guedes, que vai assumir o 2º Tabelionato de Protestos de São Luís.

A candidata aprovada Luciana Castelo Branco vai assumir o 2º Ofício de Notas, em Santa Inês.

Juliana Pereira, uma das aprovadas, destacou a seriedade e o grau de competitividade do concurso. “Foi bastante concorrido, com muitos candidatos de altíssimo nível. Ficamos felizes em ver a forma séria e transparente com que o Tribunal de Justiça conduziu o certame”, destacou ela, que tem Mestrado em Direito Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais.

CASO DÉCIO SÁ

Acusados pelo MP de participação no crime são interrogados em São Luís

A instrução do processo penal que apura o assassinato do jornalista Décio Sá segue esta semana, na 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, com os interrogatórios dos acusados, que foram denunciados pelo Ministério Público, representado pelo promotor de justiça Luís Carlos Correa Duarte, titular da 1ª Promotoria de Justiça do Júri de São Luís.

Dos 12 acusados, dez deverão ser ouvidos até esta quarta-feira. O advogado Ronaldo Ribeiro, que teve o processo desmembrado por decisão da Justiça, e Shirliano Graciano de Oliveira, que está foragido, não irão depor.

Além de Gláucio Alencar e José Miranda (apontados como mandantes do crime), os policiais Alcides da Silva e Joel Durans Medeiros depuseram na segunda-feira (3). Na manhã de ontem (4), José Raimundo Chaves Júnior, o Júnior Bolinha, acusado de contratar o executor Jhonathan de Sousa Silva, foi interrogado. Na sequência, vi-

riam o militar Fábio Aurélio Saraiva Silva, o "Fábio Capita", que teria fornecido a arma do crime, e Fábio Aurélio Lago, o Bochecha, acusado de ter hospedado o matador em uma casa de sua família.

Em seguida serão ouvidos o assassino confesso Jhonathan Silva; Marcos Bruno Silva de Oliveira, acusado de ajudar na fuga do assassino pilotando a motocicleta; e Elker Farias Veloso, que teria dado apoio logístico ao crime.

PARTICIPAÇÃO DO MP-

Desde o início das investigações do crime, o Ministério Público participa do caso por meio do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e do promotor Luís Carlos Correa Duarte.

Ao longo do processo, foram arroladas 56 testemunhas e denunciadas 12 pessoas por participação do assassinato do jornalista, ocorrido no dia 23 de abril de 2012, em um bar na Avenida Litorânea, em São Luís.



Jhonathan Silva, o assassino de Décio

CASO DÉCIO

O assassino confesso Jhonatan depõe hoje

AUGUSTO DO NASCIMENTO
LISIANE MARTINS

Hoje pela manhã, Jhonatan Silva, assassino confesso do jornalista Décio Sá, será interrogado. Em seguida, será Marcos Bruno, acusado de pilotar a moto utilizada na fuga de Jhonathan, e Elker Veloso, acusado pela logística do crime.

No segundo dia de audiência de instrução que apura o crime, o subcomandante do Choque, Fábio Aurélio Saraiwa Silva, o "Fábio Capita", foi interrogado ontem à tarde na 1ª Vara do Júri de São Luís. Ele é acusado pelo Ministério Público de fornecer a arma utilizada no assassinato do jornalista e blogueiro.

Durante o interrogatório, "Fábio Capita" afirmou conhecer, desde a infância, José Raimundo Chaves Sales Júnior, o "Júnior Bolinha", com quem admitiu um relacionamento cordial, mas negou a amizade. Quanto à arma usada no crime, uma pistola .40, o acusado informou que o modelo não é utilizado pela polícia do Maranhão. O acusado disse que participou de uma reunião na Secretaria de Segurança Pública do Maranhão. "Na reunião, o secretário pediu que eu

o ajudasse citando o nome do deputado estadual Raimundo Cutrim no caso. Desta forma, o secretário também me ajudaria. Como eu não contribuí, acabei preso", lembra o acusado. "Fábio Capita" permaneceu detido no Comando do Corpo de Bombeiros até a semana passada, quando recebeu o habeas corpus.

Por telefone, o secretário-adjunto de Segurança Pública, Laércio Costa, disse que a reunião foi solicitada pelo próprio Fábio Capita e ele já estava preso. O secretário informou ainda que "em nenhum momento foi citado o nome do deputado Raimundo Cutrim. Na ocasião, o secretário de Segurança fez perguntas sobre o envolvimento de Fábio Capita no crime e ele negou envolvimento. Como ele não esclareceu a verdade dos fatos, o secretário disse que não poderia ajudá-lo," acrescenta.

Em seguida, o próximo a ser interrogado foi Fábio Aurélio de Lago, o "Bochecha", acusado de disponibilizar a casa onde Jhonatan ficou instalado por alguns dias, no período em que o crime ocorreu.

Durante os questionamentos, "Bochecha" afirmou que conhece apenas "Júnior Bolinha" e o advogado Ronaldo Ribeiro, que teve o processo desmembrado do caso e que não forneceu a casa para os envolvidos no crime.

Acusado de intermediar a ligação entre os mandantes e executores do assassinato do jornalista e blogueiro Décio Sá, o engenheiro mecânico e empresário José Raimundo Sales Chaves Júnior, conhecido como "Júnior Bolinha", foi interrogado ontem. Confirmando as expectativas iniciais, tanto do advogado de defesa, Armando Serejo, quanto do promotor de Justiça que atua na acusação, Luís Carlos Duarte, o réu negou a participação na trama, e não revelou novas informações que contribuíssem com a elucidação do homicídio ocorrido em abril do ano passado.

Um ponto polêmico do interrogatório, no entanto, disse respeito a uma declaração do acusado, de que não poderia ter entregue a arma do crime ao executor confesso Jhonatan de Sousa Silva, por ser habitual que os pistoleiros tivessem as próprias armas como instrumento de trabalho. Júnior



Armando Serejo, Adilson Rebelo e Sílvio Bezerra

Bolinha levantou esse argumento em diversas ocasiões, a primeira delas logo no início da audiência, antes mesmo de ser questionado a respeito do crime, quando ainda respondia aos questionamentos do juiz Márcio Castro Brandão, que preside o julgamento, a respeito da vida pessoal e atividades profissionais do réu.

Segundo Júnior Bolinha, o motivo de ele ter sido acusado pode ter ligação com a relação de negócios que mantém com o deputado estadual Raimundo Cutrim. O réu declarou ter sido pressionado pelos delegados que compunham a comissão de investigação, de forma a envolver o nome do parlamentar como mandante da execução do blogueiro. Júnior Bolinha disse que a polícia também forçou as contradições entre os depoimentos dele e de outro acusado, o empresário Gláucio Alencar Pontes Carvalho, que foi interrogado ontem. Apesar de negar grande parte do que Gláucio Alencar disse aos interrogadores, Júnior Bolinha admitiu que tivesse tentado extorqui-lo no escritório do advogado Ronaldo Ribeiro, associando-o à morte de Fábio Brasil.

UEMA

Justiça manda universidade devolver taxas e mensalidades

Estudantes de três cursos da
Universidade Estadual do
Maranhão deverão receber o
que pagaram em mensalidades.

Foi o que determinou o
desembargador Vicente de Paula.

URBANO 3

MENSALIDADES



O desembargador Vicente de Paula foi o relator do processo

Justiça determina que Uema devolva taxas

A Universidade Estadual do Maranhão (Uema) foi condenada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJMA) a devolver valores cobrados ilegalmente a 15 alunos dos cursos de Pedagogia, Letras e Geografia, na forma de matrículas e mensalidades pagas a estabelecimentos de ensino particulares conveniados à instituição. O relator do processo na Câmara – que manteve sentença da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís – foi o desembargador Vicente de Paula.

Os alunos ajuizaram ação informando que foram aprovados no vestibular da Uema, no Programa de Qualificação de Docentes (PQD), mas tiveram que firmar contratos de prestação de serviços com instituições particulares, pagan-

do mensalidades de R\$ 150 e matrículas, valores que eram repassados à universidade.

O juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública considerou inconstitucional a cobrança, porque visava ao custeio do serviço de educação superior pública, ainda que indiretamente, através de convênios ilegais, determinando a devolução de todas as taxas e mensalidades desembolsadas pelos alunos.

Em reexame, os desembargadores da 2ª Câmara Cível mantiveram a determinação do juízo, concordando com o reconhecimento de abusividade no comportamento da Uema, ao cobrar indiretamente alunos matriculados no ensino público, o que é expressamente proibido na Constituição Federal.

CAXIAS

Advogados buscam melhorias de serviços

Advogados da Subseção da OAB de Caxias entregaram ontem lista de reivindicações ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antônio Guerreiro Júnior. O grupo requereu ao Judiciário solução a entraves no funcionamento da Justiça naquela comarca, como a falta de varas e juízes para atender à demanda de 21.756 processos.

A comissão da OAB quer medidas para o provimento de juízes; a criação de pelo menos duas varas; e a nomeação de um juiz substituto permanente para atuar na comarca, entre outras solicitações direcionadas ao presidente e corregedor-geral da Justiça.

Segundo ele, Caxias conta hoje, formalmente, com seis varas, mas atuam de fato apenas três juízes, nas 1ª e 3ª varas e no Juizado Especial Cível e Criminal. A 2ª vara está há mais de um ano sem juiz e a 5ª vara não dispõe de magis-

trado desde o início do ano. O juiz da 4ª vara entrou em férias.

De acordo com os advogados, as seis varas não são suficientes para administrar o volume processual. Eles informam que Caxias possui população de 196.319 habitantes e 21.756 processos, enquanto Timon, de igual entrância, com 155 mil habitantes, possui 8.871 processos e 8 varas.

Conforme levantamento realizado pela OAB local, Caxias tem a maior proporção entre habitantes para cada juiz: 32.719, enquanto em Timon essa relação é de 19.432; em Imperatriz, de 11.039; e em São Luís, 8.980.

O presidente do TJMA reconheceu déficit de aproximadamente 70 juízes de direito na Justiça maranhense e a ausência de magistrados de 1º grau para suprir a carência das comarcas em todas as entrâncias, notadamente na inicial.

Em São Luís

UEMA deve devolver valores cobrados a estudantes

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) foi condenada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJMA) a devolver valores cobrados ilegalmente a 15 alunos dos cursos de Pedagogia, Letras e Geografia, na forma de matrículas e mensalidades pagas a estabelecimentos de ensino particulares conveniados à instituição. O relator do processo na Câmara – que manteve sentença da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís – foi o desembargador Vicente de Paula.

Os alunos ajuizaram ação informando que foram aprovados no vestibular da UEMA, no Programa de Qualificação de Docentes (PQD), mas tiveram que firmar contratos de prestação de serviços com instituições

particulares, pagando mensalidades de R\$ 150,00 e matrículas, valores que eram repassados à universidade.

O juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública considerou inconstitucional a cobrança, porque visava ao custeio do serviço de educação superior pública, ainda que indiretamente, através de convênios ilegais, determinando a devolução de todas as taxas e mensalidades desembolsadas pelos alunos.

Em reexame, os desembargadores da 2ª Câmara Cível mantiveram a determinação do juízo, concordando com o reconhecimento de abusividade no comportamento da UEMA, ao cobrar indiretamente alunos matriculados no ensino público, o que é expressamente proibido na Constituição Federal.

❖❖ Resolução aprovada pelos desembargadores do Tribunal de Justiça institui, disciplina e implementa a comunicação oficial por meio eletrônico no Poder Judiciário. O colegiado considerou a necessidade de reduzir os gastos públicos na Justiça estadual.

'CASO DÉCIO SÁ'

"JÚNIOR BOLINHA" NEGA ENVOLVIMENTO NO CRIME E ACUSA DELEGADOS POR MAUS-TRATOS

Acusado revela que Pedro Teles o procurou, antes de julgamento em Barra do Corda

O segundo dia de oitivas, desta semana, foi marcado pelo depoimento de mais três dos 12 acusados pela morte do jornalista Décio Sá. O interrogatório mais demorado de ontem foi o do empresário José Raimundo Sales Chaves Júnior, o "Júnior Bolinha".

Ele negou o seu envolvimento no crime e relatou que foi maltratado pelos delegados da Comissão Investigadora da Polícia Civil, Maymone Barros e Roberto Larrat, por ter se recusado a acusar o deputado estadual Raimundo Cutrim.

ÚLTIMA PÁGINA



"Júnior Bolinha", escoltado por policiais, chega ao Fórum para ser interrogado pela Justiça

CASO DÉCIO SÁ

“Júnior Bolinha” nega envolvimento no crime e acusa delegados por maus-tratos

Acusado revelou que Pedro Teles o procurou, antes de julgamento em Barra do Corda

POR JULLY CAMILO

O segundo dia de oitivas, desta semana, foi marcado pelo depoimento de mais três dos 12 acusados pela morte do jornalista Décio Sá. O interrogatório mais demorado de ontem foi o do empresário José Raimundo Sales Chaves Júnior, o “Júnior Bolinha”, que teve início às 10h10 e só terminou por volta de 13h45. Em vários momentos de seu depoimento, o acusado demonstrou nervosismo e caiu em algumas contradições. Durante a sua oitiva “Júnior Bolinha” negou o seu envolvimento no crime e relatou que foi maltratado pelos delegados da Comissão Investigadora da Polícia Civil, Maymone Barros e Roberto Larrat, por ter se recusado a acusar o deputado estadual Raimundo Cutrim.

“Júnior Bolinha” disse, também, que foi procurado pelo empresário Pedro Teles, dias antes da morte de Décio Sá. A conversa teve como objetivo pedir para o acusado convencer uma pessoa conhecida sua, testemunha de um julgamento no qual Teles seria réu, em Barra do Corda, para amenizar as declarações contra o empresário cordino ou permitisse que este custeasse as suas despesas da viagem até aquele município.

Outro que não conhecia Décio Sá – Igual a José Miranda (pai de Gláucio), o empresário José Raimundo Sales Chaves Júnior disse não conhecer e nunca haver mantido contato com o jornalista Décio Sá, além de não ter participado da trama que resultou em sua morte. “Júnior Bolinha” afirmou, em seu depoimento, que estava em casa na noite do crime, tendo ficado sabendo do fato somente no outro

dia, por meio do rádio. “Para mim, ele nunca fedeu nem cheirou, pois jamais soube quem era Décio Sá. O que tive conhecimento foi sobre a publicação de uma postagem ao meu respeito, há seis anos, mas não li sobre o fato; e, a isso, as pessoas atribuíram a perda da concessão dos produtos Coca-Cola que eu revendia em Santa Inês, mas isso não procede. Afinal, depois descobri que a postagem se relacionava a um negócio que feito por mim com o prefeito Nenzim, de Barra do Corda, onde dei a ele uma caminhonete SW4 e recebi em troca um trator; porém a máquina era roubada, e mesmo eu tendo entrado na Justiça para desfazer o negócio, não consegui. A única justificativa que encontro para tentarem me incriminar é a minha ligação com o deputado Raimundo Cutrim; entretanto não somos amigos, a nossa relação é apenas comercial, pois fiz alguns serviços em sua propriedade”, disse.

“Júnior Bolinha” contou que não conhece o executor do jornalista, o pistoleiro Jhonatan Silva, e que nunca contratou os seus serviços. Ele disse desconhecer que algum pistoleiro matasse suas vítimas ‘fiado’, para receber o pagamento depois. O acusado frisou que, todas as informações a respeito da vida do blogueiro, foram repassadas por meio da própria polícia. “Não sei o que ele fazia ou quem tinha a intenção de matá-lo, mas cansei de ouvir os policiais dizerem que o jornalista costumava extorquir prefeitos e empresários, o que havia lhe rendido muitos desafetos. Nunca fui agenciado pelo Gláucio ou por seu pai para contratar nenhum pistoleiro. Na realidade, não conhecia o senhor Miranda e não acredito que eles possam estar envolvidos neste

crime, apesar de todas as acusações que fizeram contra mim em relação à morte do Fábio Brasil, que era meu amigo. Em relação ao Pedro Teles, eu o conhecia, mas há muito tempo não o via, antes da morte do Décio ele me ligou marcando um encontro, pois, tinha um julgamento em Barra do Corda e como eu conhecia uma das testemunhas, queria me pedir um favor, a fim de que conversasse com a pessoa para ela amenizar o lado dele ou que oferecesse o custeio de suas despesas até a cidade já que se trava de um lugar longe e assim eu fiz”, declarou.

O acusado ressaltou que teria vendido um veículo BMW para Gláucio Alencar, mas que o mesmo ainda teria ficado lhe devendo a quantia de R\$ 7 mil. “Bolinha” explicou que todas as vezes que ligou para o suposto mandante foi para cobrar a dívida que Gláucio se recusava em pagar. Ele revelou que, coincidentemente, encontrou Gláucio Alencar no escritório do advogado Ronaldo Ribeiro e aproveitou a oportunidade para reforçar a cobrança. “Após uma ‘pressãozinha’, ele me pagou. Mas quero deixar claro que nunca o extorqui, nem recebi dinheiro pagar pistoleiro; exigi apenas o que era meu por direito. Em relação ao ‘Bochecha’ (Fábio Aurélio do Lago e Silva), nunca fiz negócio com ele, apenas intermediei a venda de uma casa que pertencia ao irmão dele, o Adriano Lago, com “Neguinho Barão”, que costumava fazer cobranças para a minha empresa. Na prisão,

escutei muito a polícia falar em "laranjada" – quando alguém é colocado em uma situação de laranja, e agora percebo que foi assim que acabei sendo envolvido em toda esta trama, como 'um laranja'", afirmou.

Castigo – "Júnior Bolinha" revelou que, durante a fase do inquérito policial, foi castigado e coagido pelos delegados Maymone Barros e Roberto Larrat, que integravam a comissão formada para apurar o assassinato de Décio Sá, uma vez que se recusou em acusar o deputado Raimundo Cutrim. O acusado contou que os delegados teriam feito uma proposta para que ele acusasse o parlamentar em troca de sua liberdade, caso recusasse o assunto deveria ser esquecido. "Enquanto isso, vários delegados entravam na sala e perguntavam se eu já havia concordado. Como me neguei, fui castigado, dormi no chão, me jogaram água fria de madrugada e levaram minha Bíblia e todos os jornais que eu costumava ler. Me disseram para ser inteligente e assinar o que queriam – a confissão afirmando que foi o Raimundo Cutrim, caso contrário pediriam a minha transferência para o presídio federal, sob a alegação de que eu estaria envolvido com uma facção criminosa da Bolívia".

O acusado declarou ser amigo de infância de Fábio Aurélio Saraiva Silva, o "Fábio Capita", mas frisou que o militar nunca lhe forneceu qualquer tipo de armamento ou munição. "Júnior Bolinha" também afirmou ser amigo de "Bochecha", mas que apesar de ele ser um bom rapaz, nunca trabalharam ou houve alguma negociação entre eles.

"Fábio Capita" – Em seu depoimento, o capitão Fábio Aurélio Saraiva Silva, da Polícia Militar, relatou que acreditava estar sendo acusado por conta do depoimento de Jhonatan Silva, no qual teria dito que a arma do crime teria sido fornecida pelo militar para "Júnior Bolinha". Segundo "Fábio Capita", ele e "Bolinha" eram amigos de infância, porém, essa amizade nunca foi motivo de favorecimento para nenhuma das partes.

O capitão garantiu ser todas as suas armas registradas, e que nenhum policial pode deixar o serviço portando a arma recebida no início do expediente. "O controle de armamento no Batalhão de Choque é muito rígido,

extravio de arma neste setor é praticamente impossível acontecer. Conheço o 'Júnior' como empresário do ramo de aluguel de máquinas pesadas, se tem negócios escusos não é de meu conhecimento. Afinal, boa parte da minha vida profissional foi viajando em missões ou me aperfeiçoando por meio de cursos. Certa vez, ele me pediu para verificar sobre uma dessas máquinas que estava presa no Terminal da Ponta da Espera. Foi então que liguei para o policial do local e pedi informações sobre o ocorrido, prontamente me respondeu que o condutor estava sem habilitação, então disse para 'Bolinha' tomar as providências necessárias a fim de que o veículo fosse liberado", ressaltou.

Coação – O capitão Fábio Aurélio disse que, após um pronunciamento feito pelo deputado Raimundo Cutrim, na tribuna da Assembleia Legislativa, sobre o vazamento de informações envolvendo o seu nome no crime, o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, teria manifestado a vontade de falar com ele, porém, pediu que a solicitação partisse do próprio capitão. O militar afirmou ter solicitado o encontro junto ao Comando Geral da PM e ficou surpreso com o teor da conversa, quando chegou ao gabinete do secretário. "A primeira coisa dita por Aluísio Mendes foi ter certeza que eu não havia fornecido arma nenhuma para o assassinato do jornalista, e completou que para me ajudar eu precisava ajudá-lo também. Ele frisou saber que 'Junior Bolinha' era bandido, um fanfarrão e falava demais. Mas, eu rebati e disse o conhecer como um empresário do ramo de aluguel de máquinas pesadas, inclusive como prestador de serviço para pessoas importantes e respeitadas, como o Raimundo Cutrim. Foi então que, muito nervoso, Aluísio disse não ser o deputado uma referência positiva para ninguém neste estado ou em qualquer lugar. Em decorrência disso, a SSP tenta justificar minha prisão, pois ela era muito frágil e reconhecer o erro seria dar o braço a torcer", declarou "Capita".

A defesa do capitão Fábio Aurélio questionou o fato de constar nos autos do processo uma conversa por telefone entre o militar e "Júnior Bolinha", por volta das 6h do dia 24 de

abril, do ano passado, manhã seguinte ao crime. Entretanto, os advogados mostraram que o próprio relatório da Polícia Civil diz que a chamada não foi completada. "Fábio Capita", ouvido por quase duas horas, completou, dizendo que o relatório também apontou que ele teria omitido tal informação; mas, segundo o acusado, jamais foi perguntado sobre tal ligação e que não falou com "Bolinha", após a execução.

"Bochecha" – O último depoimento do dia foi o de Fábio Aurélio do Lago e Silva, o "Bochecha", que relatou não conhecer nenhum dos acusados, com exceção do advogado Ronaldo Ribeiro e de "Júnior Bolinha", de quem era amigo e matinha relações profissionais. "Bochecha" disse trabalhar com a compra e venda de veículos, tendo repassado alguns clientes para "Bolinha". "Não conhecia Gláucio, nos encontramos uma vez no escritório de Ronaldo e ele perguntou se eu era o 'Bochecha', quando disse que sim, falou que meu telefone estava grampeado, então respondi que isso não me preocupava porque não tinha nada a esconder. Em relação à casa do Parque dos Nobres, o negócio foi feito entre o meu irmão Adriano, pois o imóvel era dele e de 'Junior Bolinha'; eu não tive nada a ver com isso. As pessoas que 'Júnior' abrigou nessa época, segundo os relatos da polícia, não eram de meu conhecimento e nem problema da minha família, uma vez que a casa estava em seu poder durante esse período. O meu lance sempre foi farra e mulher, jamais me envolvi com o mundo do crime", afirmou.

O Ministério Público e a defesa dos acusados Gláucio Alencar e José de Alencar Miranda Carvalho (pai de Gláucio) solicitaram, à Justiça, investigações mais aprofundadas em relação a uma das escutas telefônicas envolvendo o empresário Pedro Telles. Entretanto, o juiz Márcio Castro Brandão, que responde pela 1ª Vara do Tribunal do Júri, informou que tal procedimento poderá ser realizado; porém, no final das instruções e após as alegações finais, quando o resultado das oitivas for pronunciado.

Para hoje (5), estão previstos os depoimentos dos acusados Jhonatan de Sousa Silva, Marcos Bruno Silva de Oliveira e Elker Farias Veloso.



"Júnior Bolinha", "Fábio Capita" e "Bochecha" foram interrogados nas oitivas ocorridas ontem

Recapitulando os depoimentos

Gláucio Alencar (suposto mandante) – Durante as cinco horas em que prestou depoimento, na manhã de segunda-feira (3), o acusado informou ter "Júnior Bolinha" lhe oferecido, por várias vezes, a morte do empresário Fábio Brasil, assassinado em 31 de março de 2012, em Teresina – Piauí. Ele narrou que, apesar das várias negativas, "Bolinha" teria informado, por meio de mensagem via celular, que o "serviço estava feito" e que precisava de dinheiro para pagar o executor, passando a extorqui-lo. Gláucio reafirmou nunca ter feito qualquer tipo de pagamento ao jornalista Décio Sá; porém explicou que certa vez foi procurado pelo advogado Ronaldo Ribeiro – também acusado no processo, que estava organizando 'cotas' entre os amigos para consertar o muro da casa do blogueiro que havia caído após uma forte chuva, com um prejuízo total de R\$ 15 mil. O acusado disse que colaborou com R\$ 3 mil, valor que entregou diretamente nas mãos do

advogado. Gláucio Alencar contou, ainda, que durante a sua permanência em uma das celas do Corpo de Bombeiros, teria recebido a visita de um advogado que havia lhe proposto o pagamento de R\$ 10 milhões e a sua liberdade, caso ele conseguisse convencer seu pai a assumir a autoria intelectual do crime.

José de Alencar Miranda Carvalho (pai de Gláucio) – O acusado relatou que não conhecia o jornalista Décio Sá, nunca estando com ele. O pai de Gláucio confirmou a proposta que o filho recebera para que assumisse a autoria intelectual do crime, porém, por medo, não declinou o nome do advogado que teria feito a proposta. Miranda informou que após o episódio teria orientado o filho a solicitar uma escuta telefônica a fim de registrar a conversa, mas o pedido foi negado e uma revista foi realizada na cela onde Gláucio estava, e três cadernos com suas anotações teriam sido levados.

Alcides Nunes da Silva e Joel

Durans Medeiros (policiais civis) – Ambos declararam que possuíam apenas ligações profissionais com Gláucio Alencar, que por várias vezes os chamaram no intuito de intervir contra uma possível extorsão que ele vinha sofrendo de "Júnior Bolinha", por conta da morte do empresário Fábio Brasil, e garantiram que todas as operações feitas em seu favor eram de conhecimento de seus superiores. Alcides Nunes afirmou que conheceu José de Alencar Miranda há mais de 30 anos, e que a família do idoso sempre o teve como referência policial. Ele esclareceu que no último mês, antes da morte do jornalista, acompanhou Gláucio por três vezes, em algumas de suas viagens ao interior do estado, mas sempre com o conhecimento das autoridades policiais superiores. O policial Durans frisou conhecer os acusados somente após as diligências que fez na companhia do colega Alcides, mas que o relacionamento com os mesmos sempre foi estritamente profissional.

Campanha contra abuso sexual de crianças e adolescentes é difundido em mais municípios

No fim do mês de maio, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) estendeu a Campanha Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes para mais dois municípios do estado: Cajapió (a 314 quilômetros de São Luís) e Zé Doca (a 316 quilômetros).

No dia 23, no município de Cajapió (termo judiciário da Comarca de São Vicente Férrer) foi realizada uma caminhada em alusão à referida campanha, idealizada pelo promotor de justiça Tharles Cunha Rodrigues Alves, titular da Comarca.

Como parte da Campanha de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, a promotora de Justiça da Infância da Comarca de Zé Doca, Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiva, nos dias 27, 28, e 29 de maio, proferiu palestra, respectivamente, nas escolas públicas Escola José Arcanjo, Escola José Miranda Bráz e Escola Silvestre Rocha.

O MPMA contou com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Tutelar de Zé Doca e dos diretores das Escolas.

Uema deve devolver valores cobrados a estudantes

A Universidade Estadual do Maranhão (Uema) foi condenada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ-MA) a devolver valores cobrados ilegalmente a 15 alunos dos cursos de Pedagogia, Letras e Geografia, na forma de matrículas e mensalidades pagas a estabelecimentos de ensino particulares conveniados à instituição. O relator do processo na Câmara – que manteve sentença da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís – foi o desembargador Vicente de Paula.

Os alunos ajuizaram ação informando que foram aprovados no vestibular da Uema, no Programa de Qualificação de Docentes (PQD), mas tiveram que firmar contratos de prestação de serviços com instituições particulares, pagando mensalidades de R\$ 150 e matrículas, valores que eram repassados à universidade.

O juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública considerou inconstitucional a cobrança, porque visava ao custeio do serviço de educação superior pública, ainda que indiretamente, por meio de convênios ilegais, determinando a devolução de todas as taxas e mensalidades desembolsadas pelos alunos.

Em reexame, os desembargadores da 2ª Câmara Cível mantiveram a determinação do juízo, concordando com o reconhecimento de abusividade no comportamento da Uema, ao cobrar indiretamente alunos matriculados no ensino público, o que é expressamente proibido na Constituição Federal.

Provimento disciplina substituição de juízes nas unidades jurisdicionais

A substituição de juízes nos casos de férias, licença, afastamento, vacância, impedimento ou suspeição é o objeto do Provimento 08/2013, da Corregedoria Geral da Justiça.

Assinado pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, o documento estabelece que, “para cada unidade jurisdicional, além do magistrado titular, haverá quatro juízes de direito designados como substitutos automáticos na ordem de preferência estabelecida na tabela referida”.

A designação se dará por

portaria do corregedor e deve ser encaminhada, através do sistema Digidoc, ao juiz, bem como à unidade jurisdicional para o qual o magistrado foi designado.

“O corregedor-geral da Justiça poderá designar, excepcionalmente, juiz de direito substituto de outra zona ou juiz titular de comarca diversa da prevista na tabela para a substituição na unidade jurisdicional”, reza o documento.

Ainda de acordo com o provimento, é vedada aos juízes titulares que acumulam funções com outra unidade a segunda convocação para designação.

Advogados de Caxias exigem melhorias ao Tribunal de Justiça

Advogados da Subseção da OAB de Caxias entregaram, ontem (4), lista de reivindicações ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Antônio Guerreiro Júnior. O grupo requereu ao Judiciário solução a entraves no funcionamento da Justiça naquela comarca, como a falta de varas e juizes para atender demanda de 21.756 processos.

Liderada por Erinaldo Ferreira da Silva, a comissão da OAB quer medidas imediatas para o provimento de juizes; a criação de pelo menos duas varas e a nomeação de um juiz substituto permanente para atuar na comarca, entre outras solicitações direcionadas ao presidente e corregedor-geral da Justiça.

Segundo ele, Caxias conta hoje, formalmente, com seis varas, mas atuam de fato apenas três juizes, nas 1ª e 3ª varas e no Juizado Especial Cível e Criminal. A 2ª vara está há mais de um ano sem juiz e a 5ª vara não dispõe de magistrado desde o início do ano. O juiz da 4ª vara entrou em férias.

De acordo com os advogados, as seis varas não são suficientes para administrar o volume processual. Eles informam que Caxias possui população de 196.319 habitantes e 21.756 processos, enquanto Timon, de igual entrância, com 155 mil habitantes, possui 8.871 processos e 8 varas.

Conforme levantamento realizado pela OAB local, Caxias tem a maior proporção entre habitantes para cada juiz: 32.719, enquanto em Timon essa relação é de 19.432; em Imperatriz, de 11.039; e em São Luís, 8.980.

O presidente do TJ-MA reconheceu déficit de aproximadamente 70 juizes de direito na Justiça maranhense e a ausência de magistrados de 1º grau para suprir a carência das comarcas em todas as entrâncias, notadamente na inicial.

“Não podemos resolver de imediato a falta de juizes porque



DIVULGAÇÃO

Os advogados pediram a Guerreiro Júnior a adoção de medidas para o provimento de juizes

o concurso para provimento de vagas está em andamento, com a primeira etapa de provas já realizada. Sugiro uma edição do projeto Pauta Zero, pela Corregedoria Geral da Justiça, para reduzir o volume de processos paralisados”, recomendou o desembargador Guerreiro Júnior.

“A situação de Caxias é grave e exige solução imediata. O mutirão é um paliativo, mas não resolve de todo o problema. A comarca tem dois termos judiciais, 220 advogados militando e apenas três juizes. Hoje o advogado peticiona, mas o processo leva de seis meses a um ano para a citação inicial na primeira vara. É impossível a comarca funcionar desse jeito”, disse o advogado.

Presente à reunião, o juiz da 4ª Vara, Antonio Araújo Veloso, confirmou a necessidade das reivindicações dos advogados. “A comarca tem demanda reprimida muito grande e uma litigiosidade contida. A população não acessa a Justiça porque o Judiciário não consegue resolver a demanda, em função da sua estrutura”, acrescentou.

Como sugestão para melho-

ria parcial das pendências, o grupo propõe a redistribuição dos 12 mil processos da 1ª Vara, onde 9.345 são de competência da Fazenda Pública, para unidade jurisdicional a ser criada. No juizado especial, onde o juiz titular entrou em exercício em maio deste ano, tramitam 2.613 processos.

Integraram a comissão os advogados Adenilson Dias, José Maria Machado, Agostinho Neto e José Antonio Lima. O documento reivindicatório foi assinado pela presidente da subseção da OAB de Caxias, Ieda Maria Moraes.

Durante a reunião foi mencionada a situação do Fórum de Caxias, que necessitaria de obras de ampliação para atender futuras varas judiciais a serem criadas, e de serviços de manutenção na estrutura do prédio.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 42/2013
Processo nº 16166/2013**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei nº 10.520/02, Lei Estadual nº 9.579/12, dos Decretos nº 5.450/05, nº 3.555/00 e nº 7.892/13, do Decreto Estadual nº 28.493/12 e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE (ÚNICO)**, através do Sistema de Registro de Preços (SRP), para aquisição de mobiliário para dotar de recursos materiais salas do Fórum Des. Sarney Costa, no dia **03/06/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP: 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 03 de junho de 2013.

**André de Sousa Moreno
Pregoeiro TJ/MA**

Sorteio distribui recursos de prova do concurso de juiz

Um total de 1.015 recursos contra o gabarito oficial preliminar da prova objetiva (P1) interpostos por candidatos ao cargo de juiz de Direito substituto de entrância inicial do Tribunal de Justiça foi distribuir em sorteio eletrônico, durante sessão pública nesta terça-feira (4), no auditório da Corte.

Os recursos serão julgados em audiência pública nesta sexta-feira (7), às 9h, em Brasília, por cinco membros da Comissão Examinadora do Cespe/UNB. Os candidatos poderão acompanhar o procedimento por videoconferência, no auditório do TJ-MA (Praça D. Pedro II, Centro), em São Luís.

Conforme o edital, todos os recursos passarão por análise. As justificativas das alterações/anulações de gabarito serão divulgadas no endereço http://www.cespe.unb.br/concursos/tj_ma_12_juiz quando da publicação dos gabaritos oficiais definitivos. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

Apurados os resultados, o presidente da comissão de concurso publicará a relação dos candidatos aprovados, convocando-os para as provas escritas.

Participaram da sessão pública o presidente da Comissão de Concurso, juiz Luís Carlos Dutra, a subcoordenadora de provas práticas do Cespe/UNB, Maria Alice Freitas, o representante da OAB/MA, advogado Rodrigo Lago, e candidatos do certame.